



Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste

“Palácio 15 de Junho”

REQUERIMENTO Nº 1199/2018

Requer informações da Administração Municipal sobre o Decreto nº 6.860, de 23 de agosto de 2018, que dispõe sobre a restituição de despesas com remuneração e encargos sociais dos servidores públicos municipais cedidos ao TRT da 15ª Região.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores

CONSIDERANDO que a Administração Municipal editou Decreto nº 6.860, de 23 de agosto de 2018, que dispõe sobre a restituição de despesas com remuneração e encargos sociais dos servidores públicos municipais cedidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

CONSIDERANDO que a remuneração e encargos sociais dos servidores municipais cedidos a órgãos estaduais sempre foram “bancados” pelo município;

CONSIDERANDO que não só o TRT 15ª Região, como todos os órgãos estaduais, deveriam ser responsáveis pela remuneração e encargos sociais dos funcionários cedidos pela Prefeitura, desonerando assim os cofres municipais.

REQUEIRO que, nos termos do Art. 10, Inciso X, da Lei Orgânica do município de Santa Bárbara d'Oeste, combinado com o Art. 63, Inciso IX, do mesmo diploma legal, seja oficiado Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que encaminhe a esta Casa de Leis as seguintes informações:

1º) Atualmente, quantos servidores públicos municipais prestam serviços ao Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região?;

2º) A autorização de restituição da remuneração e encargos sociais vale a partir de que data?;



Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste "Palácio 15 de Junho"

3º) Com a edição dos Decreto nº 6.860, a restituição da remuneração e encargos sociais dos servidores municipais será feita mensalmente?;

4º) Se a resposta for negativa, como se dará a restituição prevista no Decreto Municipal?;

5º) Atualmente, qual é o montante gasto com a folha de pagamentos (salários mais encargos) dos servidores cedidos ao TRT 15ª Região?;

6º) Atualmente, quantos servidores públicos municipais estão cedidos a órgãos estaduais? Favor discriminar quantidade e locais de atuação;

7º) Atualmente, qual é o montante gasto pelo município com os servidores cedidos a órgãos estaduais e/ou federais?;

8º) Existe possibilidade de outros órgãos estaduais beneficiados com cessão de servidores municipais virem a restituir a remuneração e encargos sociais a exemplo do TRT?.

9º) Outras informações que julgar pertinentes.

Plenário "Dr. Tancredo Neves", em 06 de setembro de 2.018.

José Antonio Ferreira
"Dr. José"
-vereador –